

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 25/2025

Trata-se do Pregão Eletrônico SRP nº 25/2025, cujo objeto consiste no registro de preços para futura contratação de empresa especializada na locação, montagem e implantação de estruturas esportivas para eventos realizados pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, nos termos do Termo de Referência integrante do edital.

Na sessão pública realizada em 18 de setembro de 2025, foi registrada proposta no valor de R\$ 752.746,00, após a etapa de lances e posterior negociação com a participante classificada em primeiro lugar. Contudo, ainda durante a fase recursal, foi formalmente apresentada à CBDU nova proposta contendo todos os elementos do objeto do certame, pelo valor aproximado de R\$ 410.000,00 — representando uma redução superior a 45% em relação à melhor oferta registrada na sessão pública.

Este novo fato, superveniente e relevante, compromete a vantajosidade da contratação nos termos em que atualmente se encontra o certame, revelando-se, portanto, inconveniente sua continuidade diante da possibilidade concreta de se obter condição mais econômica e mais alinhada ao interesse público.

A presente decisão encontra respaldo no item 27.2 do Edital nº 25/2025, que expressamente dispõe:

“A CBDU reserva-se o direito de revogar ou cancelar o presente processo seletivo na forma prevista em lei, sem que caiba à(s) empresa(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.”

Adicionalmente, fundamenta-se nos dispositivos da Política de Compras da CBDU, a saber:

- Art. 11 – O processo de aquisição deve observar os princípios da economicidade, da eficiência e da vantajosidade;
- Art. 55, II – Autoriza a revogação do processo seletivo por motivo de conveniência e oportunidade;
- Art. 70 – Prevê que o registro de preços não obriga à contratação, facultando-se a abertura de novo certame, desde que motivadamente;
- Art. 77 – Confere à CBDU a prerrogativa de revogar o processo seletivo, justificadamente, antes da formalização contratual.

A decisão também está amparada na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, que reconhece a prerrogativa da Administração Pública de revogar seus próprios atos por motivos de conveniência e oportunidade, desde que devidamente motivados, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite a revogação de licitações diante de fatos supervenientes que comprometam a vantajosidade da contratação.

Importa ressaltar que a CBDU tem o dever de zelar pela legalidade, pela moralidade administrativa e pela obtenção da proposta mais vantajosa, evitando prejuízos ao erário e assegurando a isonomia entre os licitantes. Nesse sentido, a doutrina de Marçal Justen Filho é categórica ao afirmar que:

“A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse sob tutela do Estado. Após praticado o ato, a Administração verifica que o interesse coletivo poderia ser melhor satisfeito por outra via e promove o desfazimento do ato anterior.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed., p. 614-616)

Também é entendimento consolidado nos tribunais superiores que a Administração Pública pode revogar certames por motivo de interesse público, mesmo após a fase de julgamento, desde que não haja adjudicação e formalização contratual, conforme jurisprudência pacífica do STJ (REsp 1731246/SE) e do TCU (Acórdão nº 111/2007-Plenário).

Diante do exposto, e considerando o surgimento de fato superveniente que compromete a vantajosidade da proposta inicialmente classificada, a inexistência de adjudicação e homologação do resultado, o certame ainda em fase recursal, bem como os princípios da economicidade, legalidade, eficiência, isonomia e supremacia do interesse público, **revogo o Pregão Eletrônico SRP nº 25/2025**, com fundamento no item 27.2 do Edital, nos artigos 11, 55, inciso II, 70 e 77 da Política de Compras da CBDU, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais Superiores.

Determino, ainda, que esta decisão seja publicada nos mesmos meios utilizados para divulgação do edital, garantindo ampla transparência e ciência a todos os interessados, conforme prevê a legislação aplicável.

Alim Maluf Neto

Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário
(Autoridade Competente)